

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPC) DE LICENCIATURAS

Helenadja Santos Mota¹
Yzila Maia de Araujo²
Jociela Moraes³

Aspectos psicológicos, sociais e emocionais têm desfrutado atenção crescente no sistema educacional nos últimos anos como fatores não cognitivos de grande relevância nos currículos e que têm conquistado espaço nas pesquisas educacionais e políticas públicas curriculares como um dos principais impulsionadores do desempenho dos alunos. As competências socioemocionais, referem-se à compreensão, gerenciamento e expressão das tarefas da vida social e emocional dos indivíduos, tais como formação de relacionamentos, autoconsciência, consciência social, resolução de problemas cotidianos, adaptação à novas condições, comportar-se responsável e respeitoso consigo mesmo e com os outros (ELLIAS et al., 1997).

No Brasil a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2017, determina dez competências gerais, habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica. As competências gerais são: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura Digital; Trabalho e Projeto de Vida; Argumentação; Autoconhecimento e Autocuidado; Empatia e Cooperação e Responsabilidade e Cidadania. Na BNCC, as competências socioemocionais devem estar presentes em todas as 10 competências gerais, ou seja, todas as escolas de educação básica no Brasil deverão contemplar as competências socioemocionais em seus currículos (BRASIL, 2017).

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com Plano Nacional de Educação (PNE).

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe-UFS, helenrios@gmail.com;

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe-UFS, yzila.ufs@gmail.com ;

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe-UFS, jociela27@gmail.com.

A BNCC é um documento controverso construído em um contexto acirrado de divergências entre especialistas e educadores. Agentes políticos, públicos e privados atuaram no processo de elaboração da BNCC. Fundações e institutos privados protagonizaram o processo de discussão e definição da Base Nacional Comum Curricular, com o objetivo de atender interesses particulares defendendo a ideia da universalização curricular como uma ação imprescindível para uma educação de qualidade.

Entre os defensores da BNCC paira a necessidade de formulação de conteúdos curriculares comuns, alegação de atendimento à legislação educacional, e à associação da BNCC com ensino de qualidade. Um dos argumentos para contrapor à defesa da BNCC é a questão de que os documentos curriculares existentes no arcabouço jurídico educacional apresentam normas que atendem às exigências legais, como os PCNs, as DCNEM, os PCNEM e os PCN+, documentos que vieram suprir a demanda do currículo mínimo nacional. A alegação em defesa da BNCC deixa a entender que a legislação existente não é capaz de atender a demanda o que é falacioso (SILVA E SANTOS, 2018).

A alegação de que distintas propostas curriculares em movimento espelham uma desigualdade no sistema de ensino e que a BNCC vem corrigir essa distorção, não se constitui nem em um erro e nem em um problema. A presunção de que homogeneizar as propostas curriculares de todas as escolas e adoção das mesmas orientações pedagógicas com o intuito de garantir o alcance das metas de aprendizagem “tende a ocultar a problemática de que a desigualdade social associada à educação não é decorrente de um registro intrinsecamente pedagógico”. As desigualdades no sistema são frutos do investimento diferenciado na carreira do professor e nas condições de trabalho nas escolas, nas condições de vida das famílias e nas condições de estudo dos alunos e alunas. Assim, não é necessário que todas as escolas tenham mesmo currículo, ele necessita ter sentido e construído contextualmente, “atender demandas e necessidades que não são homogêneas. Sujeitos diferentes não produzem nem mobilizam os mesmos saberes, não se inserem nas mesmas experiências de vida, não constroem os mesmos projetos de futuro” (LOPES, 2018, P.25).

Uma das maiores reivindicações dos opositores à BNCC foi o silenciar das vozes das universidades públicas. A versão homologada da BNCC (2017) foi elaborada sem diálogo com as universidades públicas estaduais e federais que contribuíram no processo de elaboração da primeira e segunda versões do documento, porém a terceira versão não há menção da participação das universidades públicas na sua versão final, o que só vem corroborar a tese do caráter antidemocrático e pouco transparente do processo.

A BNCC afeta diretamente as políticas públicas e a formação profissional docente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica sentenciam que os currículos da formação docente tenham como referência a BNCC. A Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente, impondo readequação das licenciaturas (BRASIL, 2019).

É importante ressaltar que a Resolução CNE/CP 2/2019 revogou a Resolução CNE/CPn° 2, de 1° de julho de 2015 que ainda estava sendo implementada nas IES e que teve participação ativa das instituições formadoras das universidades públicas no processo de elaboração dos Pareceres e que continha conquistas debatidas democraticamente por educadores nas últimas décadas. O documento é uma afronta ao desenvolvimento profissional na formação docente. Impõe uma padronização dos projetos curriculares dos cursos, alinhados à BNCC. Estabelece um reducionismo sem precedentes na história da educação nacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica foram publicadas em outubro de 2020 e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). O documento foi elaborado a partir dos Referenciais Profissionais Docentes para a Formação Continuada, um trabalho desenvolvido por Consed, Undime e MEC e coordenado pela Fundação Carlos Chagas (FCC). O documento materializa uma ruptura da articulação entre Formação Inicial e Continuada, diferente das DCN de 2015, onde formação inicial continuada se apresentava como um continuum.

A BNC-Formação teve em agosto de 2022 sua implantação prorrogada para 2024. Em março de 2023 foi criada a Frente Nacional pela revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020, congregando entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores. As entidades defendem a formação de professores e reivindicam a imediata retomada da Resolução CNE/CP 02/2015.

Assim, diante de tantos retrocessos expressos na linha condutora de uma padronização dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores alinhando-os à BNCC e pautadas pelas recentes políticas curriculares ancoradas em pressupostos e princípios instituídos na lógica mercadológica, faz-se necessário refletir como as políticas de currículo em curso estão impactando a formação e a profissionalização da carreira docente. O objetivo deste trabalho é identificar se cursos de Licenciatura na área de Ciências da Natureza estão

atualizando os PPC dos cursos referentes à curricularização das competências socioemocionais alinhadas à BNCC e BNC-Formação.

O presente trabalho apresenta resultados preliminares de um estudo vinculado ao projeto “Produção, validação e avaliação de indicadores de qualidade do impacto socioemocional e cognitivo, da componente curricular projeto de vida e a pedagogia da presença na gestão educacional de Sergipe”⁴. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva através de análise documental onde foi feito um levantamento dos cursos de Licenciatura da área de Ciências da Natureza ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBaiano) e Universidade Federal de Sergipe. Foram analisados PPC dos cursos buscando identificar atualizações curriculares referentes a curricularização das competências socioemocionais alinhadas à BNCC e BNC-Formação.

Foram utilizados uso dos descritores: Projeto de Vida, BNCC, Competências socioemocionais, Protagonismo juvenil e BNC-Formação no corpo dos PPC e com bastante acurácia nas ementas de cada componente das matrizes curriculares dos cursos. Buscou-se aferir se as competências socioemocionais como elemento curricular obrigatório e central no currículo está de alguma maneira inserido nos PPCs das licenciaturas analisadas. A análise dos documentos foi realizada através de análise de conteúdo pertinente à análise documental (BARDIN, 2011).

Realizou-se análise de 3 PPC de cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, 3 de cursos de Licenciatura em Química e 1 da Licenciatura em Física. Os resultados apontam que todos os cursos ultrapassam a carga horária mínima (400 h) para Pesquisa e Prática Pedagógica como componente curricular, como preconizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. A maior defasagem de atualização de PPC é de 9 anos e a atualização mais recente tem 3 anos. Apesar da obrigatoriedade, os documentos não apresentam elementos curriculares no tocante à convergência dos PPC com a BNC-Formação em relação ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes associados às Competências socioemocionais explícitas na BNCC.

⁴ O projeto “Produção, validação e avaliação de indicadores de qualidade do impacto socioemocional e cognitivo, da componente curricular projeto de vida e a pedagogia da presença na gestão educacional de Sergipe” é financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/Se) e tem como objetivo geral produzir e validar ferramentas tecnológicas capazes de mapear indicadores de qualidade para os impactos da implantação da componente curricular Projeto de Vida associados ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes como subsídio para políticas públicas na área de educação do estado de Sergipe.

O levantamento das atualizações dos PPCs demonstra a necessidade de discussão curricular na formação inicial docente da abordagem normativo-prescritiva imposta pela BNC-Formação. Discutir formalmente a não redução das competências profissionais dos professores às aprendizagens essenciais previstas no documento e valorização do princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas na sua formação.

Palavras-chave: Formação de professores; Competências Socioemocionais; Políticas Educacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/Se) que tornou viável a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, p. 8-12, 2 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica** e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2019.

ELLIAS, M.J., ZINS, J.E., WEISSBERG, R.P., FREY, K.S., GREENBERG, M.T., HAYNES, N.M., KESSLER, R., SCHWAR-STONE M.E.; SHRIVER, T.P. **Promoting Social and Emotional Learning: Guidelines for Educators**. United States, Danvers: ASCD. 1997.

LOPES, A. C. Apostando na produção contextual do currículo. In Aguiar, M. A. D. S., e Dourado, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: **Anpae**, 28-33, 2018.

SILVA, M. V.; SANTOS, TAVARES, J, M, C. A BNCC e as implicações para o currículo da educação básica. **Anais CONADIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50466> . Acesso em: junho de 2023.